

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.772 - SP
(2019/0194750-1)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : COMERCIAL RODRIGUES & ALMEIDA LTDA
ADVOGADOS : AFONSO FLORES DA CUNHA DA MOTTA - RS051785
ROBERTO MAJÓ DE OLIVEIRA - RS057606
SHEILA FABIANA SCHMITT E OUTRO(S) - RS076892
CRISTHIANE MONTEZ LONGHI - SP298127
EMBARGADO : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : ARYSTOBULO DE OLIVEIRA FREITAS E OUTRO(S) -
SP082329
SILVIA LETICIA DE ALMEIDA - SP236637
CARLOS ALEXANDRE GUIMARAES PESSOA - RJ080572

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos em face de decisão por meio da qual neguei provimento a agravo.

Não verifico nenhum dos vícios necessários ao conhecimento dos embargos declaratórios, a teor do artigo 1.022 do Código de Processo Civil.

Com efeito, conforme devidamente esclarecido na decisão embargada, nas razões de recurso especial a ora embargante limitou-se a afirmar genericamente que o acórdão recorrido, ao deixar de aplicar ao caso os artigos 186, 187, 422, 473, 720, e 927 do Código Civil, violou os artigos 11, 489, II, e § 1º, IV, e 1.022, II, do Código de Processo Civil; assim, como não demonstrou efetivamente a ocorrência do suposto vício no julgado e a relevância para o julgamento da causa, o caso é de incidência da Súmula 284/STF.

Da mesma forma, anoto que somente com o reexame do conjunto fático-probatório dos autos - o que é vedado pelas Súmulas 5 e 7/STJ, que incidem nos recursos interpostos por ambas as alíneas do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal - seria possível infirmar as conclusões do Tribunal de origem sobre o não cabimento de indenização e a não configuração do cerceamento de defesa. Sobre o último tema, considero oportuna a transcrição do seguinte trecho do voto condutor do acórdão dos embargos de declaração (fls. 697-702/e-STJ):

Diz, a embargante, que teria havido contradição na premissa

equivocada envolvendo a questão do lapso temporal existente entre o envio do e-mail e o recebimento da notificação; que houve menção expressa a este fato desde a peça inaugural; que a rescisão unilateral somente será operada a partir do encaminhamento de notificação formal.

(...)

Ora, a ré, em sua contestação, não se manifestou sobre eventual irregularidade na notificação, justamente porque isso não tinha relação com o pedido formalmente formulado.

Arguiu, em sua reposta, inépcia da inicial, o o sustentando que o pedido formulado foi genérico, ressaltando que "a Autora pleiteia indenização por suposta perda do fundo o de comércio, a ser calculada em fase de liquidação de sentença" (fls. 445). Entendeu que seria perfeitamente os possível mensurar o eventual 'quantum debeatur' com base nos documentos pela própria autora juntados.

Quanto enveredou pela resposta ao pedido propriamente dito, a ré constatou que "Nota-se da narração dos fatos que a questão controvertida cinge-se à verificação da possibilidade de indenizar pela suposta perda do fundo de comércio, o que será devidamente analisado a seguir" (destacamos - fls. 446), e passou a questionar tal pedido.

Em suma, analisando-se a contestação de fls. 443/452 como um todo, não se encontra resposta relativa à suposta irregularidade da notificação, justamente porque nenhum pedido foi formulado na petição inicial que tivesse relação direta com tal fato. O máximo que se encontra é a descrição da petição inicial, com referência ao fato a fls. 444, o que, forçoso concluir, não é suficiente para que se possa afirmar que a ré entendeu que isso fizesse parte do pedido e tivesse a ele respondido.

A sentença apelada também assim entendeu, ao fazer constar do relatório: "Portanto, postula pela condenação da requerida ao pagamento de indenização, em virtude de sua apropriação indevida dos pontos de venda. Juntou documentos (fls. 47/377)" (fls. 502).

E a autora não cuidou de fazer qualquer referência ao fato na interposição dos embargos de declaração de fls. 509/514.

Ora, se não foi formulado formalmente qualquer pedido buscando responsabilização da ré por suposto vício na denúncia do contrato, se a ré não teve oportunidade de se defender de tal fato, se isso não foi analisado na sentença e o nem objeto de pedido de complementação por via de embargos de declaração, não podia, mesmo, esta Turma Julgadora, enveredar pelo exame de tal arguição.

Superior Tribunal de Justiça

Não se perca de vista que do acórdão embargado constou expressamente que a matéria relativa à alegação de irregularidade da notificação não seria examinada justamente por não ser objeto de pedido formal.

Acrescenta-se, ainda, que da peça recursal de fls. 518/531 não se extrai uma linha sequer sobre o assunto. A apelante não questionou, em momento algum em seu apelo, a falta de análise das considerações feitas a respeito da notificação e não dedicou qualquer palavra ao assunto, só vindo a fazê-lo em sustentação oral, e agora, nos embargos de declaração, o que é inadmissível. Reservou sua argumentação, no mérito (fls. 526/530) ao que chamou de "roubo da carteira de de clientes" (fls. 527).

(...)

Não há, portanto, qualquer omissão do acórdão embargado ao deixar, deliberadamente, de analisar a alegação de irregularidade da notificação, ainda que a suposta irregularidade seja discutível, ante o teor do e-mail transcrito a fls. 05, pelo embargado, segundo o qual "conforme contrato vigente, o prazo para interrupção da operação comercial é de 30 dias a contar da data deste e-mail" (fls. 05).

Assim, tendo a decisão embargada enfrentado suficientemente todos os pontos necessários à solução da lide, não há vício a ser sanado. Vale ressaltar que os embargos de declaração cabem, tão só, nos casos em que o acórdão embargado for omissivo, contraditório ou obscuro, não se prestando à rediscussão da matéria nele apreciada.

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora